

**PARTE III - REFLEXÕES SOBRE A PROFISSÃO
DO ECONOMISTA**

A TAREFA DO ECONOMISTA*

* Texto inédito, datado de maio de 1990.

Ao passar em revista minha vida profissional, noto que entre os vinte e cinco anos (quando ganhei a bolsa de estudos no exterior) e os cinquenta e três (quando regresssei das Organizações dos Estados Americanos), passei ao todo, ainda que em períodos distintos, mais de oito anos fora do Brasil. Ou seja, daqueles vinte e oito anos da minha vida profissional, mais de um quarto vivi em outros países. Minha maneira de ver o mundo foi muito afetada, tornando-me, infelizmente, um amargo crítico das instituições brasileiras. Vejo nelas ou, mais precisamente, em seu vagaroso ritmo de mudança e adaptação, mormente no que diz respeito à área educacional, uma das principais causas de nosso atraso econômico e social, em que pese o ufanismo de sermos a oitava economia do mundo!

Ainda que de maneira intermitente, durante dezessete anos, entre 1953 e 1970, tive prazer em dar aulas. Comecei como instrutor de estatística econômica na faculdade de Economia onde me formei, ajudando o professor Kingston, passando pelo curso de Análise Econômica do Conselho Nacional de Economia, onde lecionei Contabilidade Nacional, Macroeconomia e Estatística Econômica. No Curso de Formação para os Técnicos do Banco do Nordeste e do Instituto de Economia e Finanças da Bahia, encarreguei-me de Princípios de Economia e Estatística Econômica. Na ex-Escola Nacional de Engenharia da antiga Universidade do Brasil, no curso de Engenharia Econômica, ministrei Introdução à Econometria. No antigo Centro de Aperfeiçoamento de Economistas, na FGV, lecionei Finanças Públicas e Economia Soviética. No Instituto de Desenvolvimento Econômico do Banco Mundial, em Washington, D.C., conduzi seminários sobre desenvolvimento e política industrial. De volta à FGV, já na Escola de Pós-Graduação em Economia, dediquei-me a seminários sobre desenvolvimento econômico comparado, isto é, ao estudo das economias em desenvolvimento descentralizadas *versus* economias do tipo soviético. Por fim, durante o primeiro semestre de 1970, na Vanderbilt University, meus seminários versaram sobre políticas de desenvolvimento nos países do Terceiro Mundo, especialmente na América Latina.

Exceto quando servi na Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington, D.C., sempre trabalhei em instituições de pesquisa econômica: Instituto Brasileiro de Economia – IBRE, da FGV (em diversas ocasiões); Departamento Econômico do BNDE; Instituto de Economia e Finanças da Bahia; Departamento Econômico do Conselho Nacional de Economia; Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria; Departamento Econômico e Instituto de Desenvolvimento Econômico do Banco Mundial; Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais – IPEA (atual Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada); Arthur D. Little Ltda., como diretor da área de estudos econômicos, e durante dez anos na Annibal Villela Consultoria Econômica Ltda. Isso significa dizer que sempre trabalhei em economia aplicada, não me preocupando, além do necessário, com lucubrações teóricas.

A alguns colegas e/ou professores brasileiros e estrangeiros sou grato por me haverem sugerido, ainda que inconscientemente, verdadeiras alternativas para minhas perplexidades. Não posso deixar de reiterar, mas sem identificá-los, minha dívida com meus numerosos colegas do Banco Mundial, com quem muito aprendi, quer no convívio diário em Washington, D.C., quer em países longínquos, durante as missões que freqüentemente se estendiam por cinco semanas.

Celso Furtado lançou-me em minha modesta atividade de escriba econômico, ao enviar um *paper* sobre orçamentos econômicos nacionais na Suécia para ser publicado na *Revista de Ciências Econômicas*, da Ordem dos Economistas de São Paulo, onde apareceu no número de março de 1954, com o título “O Orçamento Nacional da Suécia”. Após haver ele fundado o Clube dos Economistas, patrocinador da *Revista Econômica Brasileira*, enviou para publicação nesta revista mais dois ou três artigos meus, baseados em trabalhos feitos por mim no Departamento Econômico do BNDE.

Stefan Robock e Mário Simonsen levaram-me a paulatinamente desapegar-me da preocupação com o uso de métodos quantitativos. Robock porque, não os entendendo (o que claramente não lhe fazia falta), evitava discuti-los comigo; Simonsen, já naquela época grande conhecedor dos mesmos, porque não acreditava na sua utilidade para a formulação de políticas – única razão de eu me interessar por eles.

A leitura dos trabalhos de Myrdal, mormente o *Asian Drama*, e de Hirschman, em especial seu excelente *The Strategy of Economic Development*, contribuiu para me convencer de que os problemas econômicos seriam melhor compreendidos se fosse dada mais atenção aos aspectos institucionais e organizacionais. Daí meu interesse pelo estudo da história econômica.

Isaac Kerstenetsky, meu colega e amigo de quarenta anos e, sem dúvida, o economista mais erudito de minha geração, livrou-me do complexo de inferioridade por não conseguir entender Marx. Recomendou-me ele ler a *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*, de Paul Sweezy, o que fiz com proveito e ao qual recorro quando preciso. É o caso, não incomum, de o exegeta tornar claras as palavras do profeta.

Com Werner Baer, com quem escrevi alguns artigos e um livro, aprendi a organizar as idéias, principalmente a preparar perguntas relevantes a serem utilizadas nos trabalhos de campo e a tirar bom proveito das respostas. Sem dúvida, ele é um mestre nesse tipo de abordagem da pesquisa econômica. Infelizmente, ainda são inúmeros os economistas que preferem testar modelos teóricos preconcebidos, espantando-se quando a realidade não se ajusta às suas teorias...

Estudava ainda na London School quando, ao consultar o livro de Ursula Hicks, *Public Finance*, da coleção Cambridge Economic Handbooks, fundada por Keynes, deparei-me, na apresentação de C. W. Guillebaud, com uma citação extraída da introdução original de Keynes para essa coleção:

*The theory of Economics does not furnish a body of settled conclusions immediately applicable to policy. It is a method, rather than a doctrine, an apparatus of the mind, a technique of thinking, which helps its possessor to draw correct conclusions.*¹

Passaram-se quase trinta anos, quando em julho de 1980, em um seminário no Instituto de Desenvolvimento Econômico do Banco Mundial, tive a oportunidade de citar essa frase lapidar quase *ipsis literis*, ao reagir contra a tranqüilidade com que um jovem colega, recém-

¹ U. Hicks, *Public Finance*. Cambridge University Press, 1946.

egresso da Universidade de Chicago, prodigalizava as mais diversas receitas de política econômica aos participantes do encontro, vários dos quais eram economistas e funcionários seniores em seus respectivos países. Deste então, não mais deixei de lado esse apotegma econômico, uma vez que o modesto progresso da teoria econômica não o tornou obsoleto, como prova o furor com que os economistas se apressam a aplicá-la sem sucesso palpável...

Boa parte dos economistas tende a usar cada vez mais técnicas quantitativas supersofisticadas (talvez em decorrência do enorme avanço ocorrido no processamento de dados), sem considerar a má qualidade e/ou a irrelevância das estatísticas disponíveis e – o que é pior ainda – a fragilidade, ingenuidade ou inconsistência das hipóteses adotadas. É lamentável que o pequeno grande livro de Oskar Morgenstern, *On The Accuracy of Economic Observations*, esteja esgotado...

Só a título de exemplificação, pois são numerosos os casos de uso inadequado de dados estatísticos, permito-me recordar:

i. Pelo menos ao longo da década de 60, ou durante parte dela, as estimativas anuais do produto líquido na agricultura, nas Contas Nacionais brasileiras, eram feitas aplicando-se ao produto bruto o coeficiente do Censo Agrícola de 1950, isto é, o valor total dos insumos naquele ano em relação ao valor total da produção. Tal procedimento equivaleria a supor, heroicamente, que a tecnologia agrícola se mantivera constante. Tudo isso se devia ao fato de que o Censo de 1960 havia sido um fracasso. A pergunta a ser feita é: quantos exercícios quantitativos foram feitos com os dados do PIB agrícola ou do PIB nos anos 60?

ii. Um econometrista, consultor do Banco Mundial, solicitou minha opinião sobre laborioso exercício por ele realizado a fim de medir as elasticidades das importações brasileiras em relação ao PIB. Ficou desolado quando lhe disse que o Brasil havia experimentado vários regimes cambiais durante o período observado: 1950-68.

Seria bom que os economistas, tanto os acadêmicos como os engajados em estudos aplicados, meditassem um pouco antes de aceitarem cargos públicos de tomada de decisão. Isso porque, como a Economia é uma arte, e não uma ciência, o bom conhecimento das

instituições e organizações econômico-financeiras governamentais, que constituem o arcabouço pelo qual os instrumentos de políticas públicas são postos em ação, é condição imprescindível para que essas políticas surtam efeito. As recentes tentativas (desde o Plano Cruzado) de arregimentar acadêmicos que desconhecem, ou desprezam, as estruturas administrativas, na ilusão de que as políticas são implementadas no vácuo, demonstram quão difícil é passar da concepção à ação, por mais tecnicamente preparadas que sejam as pessoas.

Não resta dúvida que, na maioria dos países em desenvolvimento, os problemas econômicos tornam-se cada vez mais prementes e complexos, principalmente após os insucessos dos anos 80. A meu ver, entretanto, é condição *sine qua non* que os economistas sejam mais humildes, reconhecendo que eles não são, nem serão, os principais protagonistas na solução desses problemas. Sei que é – e será – difícil executar o que aqui repito, sem qualquer anseio de originalidade: eles (os economistas) terão de interagir com políticos, administradores públicos e privados, cientistas e tecnólogos, profissionais de outras disciplinas sociais, etc.

Alec Cairncross, cuja experiência no serviço público inglês e no mundo acadêmico é sobejamente conhecida, trata com clareza do tema que aqui me preocupa, ou seja, como reconciliar o que o economista aprendeu ou faz em seu trabalho com o objetivo mais amplo e mais nobre de formulação de políticas ou tomada de decisão.² Entre outras propostas, enfatiza ele algo que é bastante comum nos Estados Unidos (e bem menos na Europa), isto é, que os praticantes de política econômica se misturem com os teóricos, e vice-versa. E, mais ainda, que os praticantes tenham a chance de manter-se em dia com os desenvolvimentos teóricos, recebendo para isso licenças remuneradas de seus respectivos órgãos para irem para uma universidade. Por sua vez, os acadêmicos necessitam de um mínimo de experiência de formulação de políticas. Um período no governo ou em uma empresa

² Cf. Sir Alec Cairncross, *Economics in Theory and Practice* (Richard T. Ely Lecture, in American Economics Association Papers and Proceedings, maio de 1985, pp. 1-13).

privada pode fazer com que o teórico passe a ver com mais nitidez a melhor maneira de usar seu tempo, quais os problemas a serem estudados e quais os limites dentro dos quais a ação pode ser exercida.

Para terminar, desejo lembrar que a importância do tema aqui discutido já preocupava um acadêmico da estatura de Jacob Viner, há mais de meio século.³ Recorda ele que, normalmente, a política pública, em última análise, não é decidida pelos especialistas – economistas, engenheiros, cientistas políticos ou sociólogos –, mas pelos legisladores e os executivos responsáveis, auxiliados pelos conselhos dos técnicos. Passo agora a citar no original, devido à dificuldade de traduzir o jogo de palavras por ele empregado com tanta felicidade:

‘The expert should be on tap, not on top’ would be almost equally valid if it went ‘The expert is on tap, not on top’. This applies no more and no less to the economist than to the other professionals – except for the lawyer, who is on tap and on top, and omnipresent, omniscient, omnipotent, and omnivorous in addition. (grifos no original).

³ Discurso proferido no encontro anual da American Economics Association, 27 de dezembro de 1939, reimpresso como “The Short View and the Long View in Economic Policy”, in *The Long View and the Short: studies in economic theory and policy*. Glencoe, Illinois: The Free Press, 1958, p. 109.